

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2013 – 23/08/2013 a 11/09/2013

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do Contrato de Concessão	Alteração	2.5	<i>“2.5 O Concessionário será o responsável civilmente pelos seus próprios atos e os de seus prepostos e subcontratados, de acordo com sua participação indivisa de direitos e obrigações, bem como pela reparação de quaisquer danos causados pelas Operações e sua execução, independentemente da existência de culpa, exceção prevista no item 30.1 deste Contrato”.</i>	As mudanças neste parágrafo têm por objetivo tornar a redação mais clara, bem como delimitar a responsabilidade do concessionário apenas a sua participação (percentual no Contrato). Observe que o conceito da cláusula foi mantido.

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do Contrato de Concessão	Alteração	5.10	<i>"5.8 Caso o Concessionário conclua um poço como atividade adicional ao Programa Exploratório Mínimo do Primeiro Período Exploratório, poderá solicitar à ANP que o compromisso relativo ao segundo Período Exploratório seja considerado antecipadamente cumprido".</i>	Entendemos que não há razão para não fazer a validação automática, desde que o poço tenha atingido o objetivo exploratório mínimo; esta medida reduz a burocracia, aumenta a segurança jurídica para o concessionário e estimula antecipar os investimentos e, portanto, as chances de haver uma descoberta e produção mais rápida.
Minuta do Contrato de Concessão	Alteração	5.16	<i>"5.13 A ANP emitirá laudo de controle de qualidade para devolução ou aceitação dos dados recebidos, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de entrega dos dados pelo Concessionário"</i>	O prazo sugerido de 180 é extenso, incompatível até mesmo com o prazo da garantia estabelecido no Contrato. Ou seja, se a ANP utilizar o prazo de 180 dias para inicialmente declarar a <u>aceitação</u> ou <u>não</u> dos dados, correr-se-á o risco do vencimento da garantia (válidas por um período que exceda em pelo menos 180 dias), sem que haja a emissão do devido atestado de conclusão.
Minuta do Contrato de Concessão	Inclusão	6.10.4	<i>6.6.2 Na hipótese de discrepância elevada entre o valor sugerido pelo concessionário e informado pela ANP, caberá ao concessionário apresentar defesa que assegure a sua proposta inicial, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do item 6.6.1 b.</i>	Considerando que houve a exclusão do "valor de mercado" das rodadas anteriores, a intenção é deixar o item mais transparente possível, no sentido de coibir eventuais processos administrativos entre o concessionário e a ANP para definir o valor da perfuração do poço exploratório do segundo período.

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do Contrato de Concessão	Alteração	8.2	<i>"8.2 Caso a principal acumulação de hidrocarboneto descoberto e avaliado em uma Área de Concessão seja de Gás Natural, o Concessionário poderá solicitar à ANP autorização para postergar a Declaração de Comercialidade em até 8 (oito) anos, nas seguintes hipóteses."</i>	O pedido para aumento do prazo em 3 (três) anos é necessário porque há inúmeras dificuldades comerciais e insuficiência de infraestrutura na maioria das regiões brasileiras. O prazo de apenas 5 (cinco) anos são insuficientes.
Minuta do Contrato de Concessão	Inclusão	13.1	<p>Sugestão de inclusão de texto na definição do item, conforme texto abaixo:</p> <p><i>"13.3 No caso de Reservatórios Não-Convencionais não será necessário um Acordo de Individualização da Produção."</i></p>	A individualização (ou acordo de) Produção é desnecessária no caso de desenvolvimento e produção de Reservatórios Não-Convencionais dado que a produção de um poço e/ou porção de um reservatório e, consequentemente, a depleção da jazida e recuperação de hidrocarbonetos está restrita à zona de influência da estimulação ou à um volume de reservatório muito próximo ao próprio poço, não afetando, portanto, regiões e/ou partes do reservatório não estimuladas. Assim sendo, mesmo em áreas vizinhas de produção ocorre de forma estanque e o impacto da produção de parte de um reservatório estimulado tem efeito insignificante sobre a recuperação final da jazida. Dessa forma, bastaria assegurar uma franja ou afastamento mínimo da zona de estimulação próxima aos limites entre blocos de concessões distintas no PD, de forma que a estimulação de um poço, feita por um concessionário específico não afete ou interfira na zona de estimulação de outro

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
				concessionário vizinho.
Minuta do Contrato de Concessão	Inclusão	16.3	<i>“16.6 O Concessionário poderá, mediante prévia e justificada notificação à ANP, alterar o Programa Anual de Trabalho e respectivo Orçamento Anual em curso, com vistas a adaptá-los ao eventual ingresso em uma fase subsequente ou a incorporar alterações ou Operações previstas em planos, programas e modificações respectivas adotados nos termos deste Contrato.”</i>	É certo que o concessionário tem por obrigação “cumprir” o PAT/OAT, de acordo com o item 16.4, e, de tal forma, não nos parece coerente ele não ter a oportunidade de, no mínimo, inserir alterações quando julgar imprescindíveis. Lembramos que muitas das vezes, a própria ANP acompanha as alterações ao longo do exercício, por intermédio dos processos administrativos instaurados (ex. <u>processo de cessão</u>). A inserção do item é fundamental para que haja maior transparência e objetividade dessa obrigação, bem como sua compatibilidade com a realidade das atividades do concessionário.

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do Contrato de Concessão	Alteração	20.3.3	<p><i>“20.3.3. Não obstante a disposição acima, o Conteúdo Local relativo à aquisição de dados sísmicos e afretamento/locação de sondas de perfuração, bem como as brocas adquiridas pelo Concessionário, será considerado ainda que o seu Conteúdo Local seja inferior a 10% (dez por cento).”</i></p>	<p>Exclusão da palavra “projetos marítimos” por entendemos que o princípio da isonomia (igualdade), princípio basilar da Constituição Federal e da administração pública, deverá ser aplicado na concessão desse benefício nas operações de <i>onshore</i>. Lembramos que as mesmas dificuldades de aquisição de equipamentos (sonda e broca) também são vivenciadas pelo setor <i>onshore</i>. Obs. <u>o Edital não prevê áreas offshore.</u></p>
Minuta do Contrato de Concessão	Alteração	21.5	<p><i>“21.5 O Concessionário deverá apresentar à ANP cópia das licenças ambientais e de suas respectivas renovações no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento pelo Concessionário, ou, antes disso, quando necessário para instruir procedimento de autorização que requeira tais documentos.”</i></p>	<p>A alteração da contagem do prazo (do <u>recebimento</u> da licença/renovação e <u>não de sua obtenção</u>) é condizente com a realidade do setor. Na grande maioria das vezes os órgãos ambientais tanto da esfera estadual quanto municipal são extremamente morosos no envio da licença/renovação concedida. A sugestão de diminuição do prazo (de 30 para 15 dias) é também benéfica para ambos – ANP e Concessionário - na hipótese de ser alterada a forma de sua contagem. A ideia é o concessionário não necessitar avisar a ANP do não cumprimento do prazo.</p>

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do Contrato de Concessão	Inclusão	28.1	<p><i>“28.1.1. Não se aplicará as disposições do artigo 28 nos seguintes casos:</i></p> <p><i>a) Cessão de direitos para afiliada ou sociedades empresárias que seja parte do mesmo grupo econômico desde que a cessionária garanta o cumprimento integral das obrigações contratuais e atenda aos requisitos de qualificação no item 28.4;</i></p> <p><i>b) Cessão de direitos para uma sociedade empresária ou consórcio já previamente qualificado na mesma Rodada de Licitação;</i></p> <p><i>Parágrafo Único – todos os casos descritos no item 28.1.1 devem ser notificado a ANP nos termos deste Contrato.”</i></p>	A inserção deste item 28.1.1 tem por objetivo tornar os processos listados (a, b) mais céleres, sem que a ANP perca, contudo, o andamento e controle. No mais, as disposições são compatíveis com práticas internacionais já adotadas em outros países.
Minuta do Contrato de Concessão	Alteração	28.14.2	<p><i>“28.13 No prazo de 30 (trinta) dias após a efetivação da Cessão, o Concessionário deverá apresentar à ANP cópias autenticadas do Contrato de Consórcio ou do acordo de alteração deste, devidamente assinado, contendo o número do registro junto ao órgão competente.”</i></p>	A mudança neste parágrafo tem por objetivo tornar a redação coerente com a regulamentação de registros públicos. Não deslumbramos qualquer necessidade prática <u>“na publicação da certidão de arquivamento no registro de comércio competente”</u> . O número do registro perante a Junta Comercial é o procedimento mais seguro que a ANP poderá obter do concessionário.